



ATA REUNIÃO ORDINÁRIA COMDEMA 03/05/2017

1
2
3 Aos três dias do mês de maio de dois mil e dezessete, nas dependências da Sede da
4 Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, sito à Rua Doutor Leopoldo Guimarães da
5 Cunha, nº 510, às dezessete horas e quinze minutos, deu-se início à reunião ordinária
6 com a presença dos conselheiros Caroline Schoenberger, Vicente Nadal Neto, Diego
7 Silvério dos Santos, Darcy Alberto Belinski, Augusto Iurkiw, Evandro Kostycz, Karla
8 Volaco Gonzales Stamoulis, Giovanna Paola Primor Ribas, Pâmela Janaina Schamme,
9 Edilson Gorte, Ricardo Johansen, Geraldo Luiz Mikowski, Neymar de Meira Albach,
10 Elizabeth W. Scheffer e Daniel Poletto Tesser. Visitantes nesta reunião: Karoline
11 Dutra Szul da UEPG. A presidente do COMDEMA, Sra. Caroline Schoemberg iniciou a
12 reunião apresentando a pauta: aprovação das contas do FUNDAM, assuntos gerais
13 e palavra livre. Informou que a pedido do Secretário de Meio Ambiente Paulo Barros,
14 ficou remarcada para o próximo dia 10/05 a reunião extraordinária para apresentar
15 a proposta do novo aterro privado e que acompanhou o secretário Paulo Barros na
16 reunião com o Ministério Público para falar da situação atual do aterro do botuquara
17 e para apresentar a nova proposta do aterro privado. Informou que nesta reunião,
18 o Dr. Honorino Tremea disse que a PMPG deveria fazer o que fosse preciso para
19 resolver a situação dos resíduos no município e que não iria aceitar fazer a disposição
20 dos mesmos em lugar irregular. Disse que vai ouvir as propostas da PMPG mas não
21 vai abrir mão do cumprimento do TAC e que não está disposto a prorrogar o prazo.
22 Foi informado que a proposta da usina não vai ser mais considerada por ser inviável.
23 O conselheiro Ricardo perguntou se ele sabe que foi colocado lixo em área irregular
24 (área de transbordo e deslocamento da massa dentro do aterro do botuquara), onde
25 foi informado que o COMDEMA fez esta denúncia formalmente ao Ministério
26 Público. Disse ainda que o COMDEMA irá formalizar um convite para o Dr. Honorino
27 do Ministério Público, para participar da reunião extraordinária que acontecerá dia
28 10/05. Informou que a ata do dia 15/02/17 foi aprovada pelos conselheiros, para
29 assinatura dos mesmos. A palavra foi passada para a conselheira Giovanna,
30 integrante da comissão formada para apuração das contas do FUNDAM (a
31 conselheira Elaine da SMOSP e Isabella do Grupo Fauna designadas para esta
32 comissão, não estavam presentes). Antes de iniciar a pauta, a presidente Caroline
33 pediu a palavra, informando que a SMMA respondeu ao ofício do COMDEMA sobre
34 a limpeza realizada pela SMOSP no Parque Maria Joana. A SMMA respondeu que é
35 uma área limdeira ao Parque Maria Joana. Anexou a matrícula do imóvel que fica ao
36 lado dos parques Margherita Masini e Maria Joana e o mapa onde aparece o parque
37 e a área que é do município. Esclareceu também que existe uma invasão no local. O
38 conselheiro Gorte disse que ele já fez três denúncias sobre a ocupação irregular
39 desta área. O conselheiro Ricardo lembrou que o Prof. Godoy fez um estudo e que
40 trata-se de uma área muito frágil e que qualquer obra vai causar um
41 desmoronamento. A conselheira Caroline disse que a PMPG pretende fazer naquele
42 local uma praça ou uma pista de caminhada, mas não tem informações concretas.
43 Com a palavra a conselheira Giovanna que perguntou aos conselheiros se receberam



44 a prestação de contas em PDF e se conseguiram entender. O conselheiro Gorte disse
45 que muito pouco. A conselheira Giovanna falou que tem algumas questões formais
46 que dificultaram a compreensão e que deveria ser seguido o modelo do portal de
47 transparência com um formato específico e que faltou a informação da receita e
48 despesa (fonte pagadora) e número dos contratos. Além da falta de informações,
49 existe a falta dos repasses pela prefeitura para as contas, como o ICMS ecológico
50 (verbas federais) e principalmente o 1% que em nenhum momento foi repassado
51 para a conta do FUNDAM. Outro ponto é com relação às despesas e a aprovação do
52 COMDEMA. Pediu ajuda aos conselheiros, porque ingressou no conselho em 2016.
53 Foi esclarecido pelo conselheiro Gorte que em 2015 foi aprovado pelo conselho a
54 compra dos quatro veículo (R\$ 147.480,00), tela sombrite para cobertura do viveiro
55 municipal (R\$ 6.768,20) e a compra dos computadores que ainda não aconteceu. A
56 conselheira Giovanna descreveu as outras despesas como flores (R\$ 113.500,00, R\$
57 36.916,40, R\$ 28.375,00 e R\$ 21.733,60), obras no aterro (R\$ 345.000,00 e R\$
58 121.000,00), compra de tonners (R\$ 6.380,00) e manutenção de veículos,
59 observando que não são muitas despesas, mas são significativas. A presidente
60 Caroline lembrou que a compra das flores foi passado para apreciação do conselho
61 e o mesmo não aprovou. A conselheira Giovanna disse que outro ponto a ser
62 considerado é a conta Klabim, onde já foi gasto quase todo o dinheiro sem passar
63 pelo conselho. O conselheiro Gorte observou que mesmo sendo uma verba
64 específica para obras no Lago de Olarias, uma vez que entrou no FUNDAM, deveria
65 ser passado ao conselho todo o direcionamento dos gastos (projeto). A presidente
66 Caroline disse que independente do uso, tem que ter o detalhamento e as
67 especificações de onde vai ser aplicado o dinheiro e não foi informado ao conselho
68 qual a secretaria que está trabalhando neste projeto e quem está autorizando as
69 despesas. A conselheira Giovanna observou que é preocupante o fato de que este
70 termo que tem anuência do IAP, onde o dinheiro de compensação ambiental que foi
71 destinado a uma unidade de conservação que ainda não foi criada, está sendo usado
72 em obras de engenharia. O conselheiro Gorte observou que, como foi um acordo
73 com o IAP, onde já foi direcionado as despesas, este dinheiro não poderia entrar no
74 fundo que é específico para o meio ambiente. O conselheiro Daniel disse que é
75 crucial que o conselho tenha uma relação do que foi gasto e não foi autorizado e em
76 relação a obra do Lago de Olarias, dizer que não houve nenhum esclarecimento ao
77 COMDEMA e que o conselho não sabe se o que foi gasto está de acordo com o que
78 foi ajustado no termo de compromisso. O conselheiro Diego perguntou se o
79 COMDEMA participou deste termo. O conselheiro Gorte informou que este termo
80 foi feito pelo IAP e a Klabim. Disse ainda que o mais certo é informar o Ministério
81 Público que saiu dinheiro do fundo e o conselho não aprovou. A conselheira
82 Giovanna disse que deve ser comunicado o MP e o Tribunal de Contas. A presidente
83 Caroline disse que o Tribunal de Contas é mais viável. O conselheiro Ricardo disse
84 para informar o MP a não aprovação das contas e solicitar que ele questione a
85 prefeitura. O conselheiro Daniel disse que o COMDEMA não deve aprovar as contas
86 e remeter aos órgãos competentes, quem tem que explicar é quem gastou o
87 dinheiro e quem assinou as despesas. O conselheiro Gorte lembrou do caso da

88 manta, onde não foi informado ao conselho e foi alegado emergência, e apesar desta
89 emergência, foi colocada no final de 2016. O conselheiro Daniel reforçou a sua fala
90 de que o conselho não tem função de explicar os gastos. O conselheiro Gorte disse
91 que a sua preocupação e sua briga com o Ministério Público é por causa do depósito
92 de lixo irregular no aterro e que até agora, apesar das várias denúncias, não foi
93 tomada nenhuma providência. O conselheiro Ricardo falou que o conselho deve
94 reprovar as contas e publicar em diário oficial e encaminhar aos órgãos
95 competentes. Salientou que, com a publicação, todas as entidades ficarão sabendo
96 e tomarão providências. A conselheira Caroline comentou sobre a falta de estrutura
97 da SMMA e que o problema está no mau uso do dinheiro público. O conselheiro
98 Gorte lembrou que o conselho discutiu bastante a melhoria da sala e a compra dos
99 computadores e que é importante dar condições para que a SMMA possa fazer um
100 trabalho efetivo de proteção do meio ambiente. A presidente Caroline disse que isso
101 pode, ou seja, estruturar a secretaria e fazer o que é necessário. O problema é fazer
102 mau uso do dinheiro e não poder justificar, e o conselho não pode ficar quieto.
103 Reafirmou que deve ser feito a publicação no diário oficial com a não aprovação das
104 contas do fundo e a comunicação para o Ministério Público e o Tribunal de Contas.
105 A conselheira Giovanna questionou qual o período, porque o fundo foi criado em
106 2012 e só foi feita a prestação de contas de 2015/2016. A presidente Caroline disse
107 que poderia ser informado e publicado que o conselho não aprova a prestação de
108 2015/2016, com a ressalva de que 2012 a 2014 não foi apresentada. O conselheiro
109 Diego observou que esta proposta deve ser colocada em votação. A presidente
110 Caroline então apresentou a votação: fazer uma comunicação ao Ministério Público
111 e ao Tribunal de Contas relatando que o conselho não aprova as contas apresentadas
112 referente ao período 2015/2016, com a ressalva de que no período de 2012/2014
113 não houve apresentação de nenhuma prestação de conta, considerando que o
114 FUNDAM foi criado em 2012 e também a aprovação de apenas algumas despesas,
115 no caso a tela sombrite e os carros (o conselheiro Gorte e o conselheiro Ricardo
116 pediram para verificar as atas, porque para eles a manta foi aprovada), não foi
117 especificado as receitas nas contas e quem gastou o dinheiro não pediu autorização
118 ao conselho de algumas despesas, como por exemplo, as flores. O conselheiro Diego
119 observou que o conselho tem aprovação parcial das contas, onde foi observado
120 pelos conselheiros que as contas de 2015 devem ser aprovadas com ressalvas pelo
121 falta de repasse do ICMS ecológico, 1% do repasse da prefeitura e repasse da
122 SANEPAR. O conselheiro Ricardo disse que deve ser feita uma consulta para a
123 SANEPAR, porque lembra que o Sr. Girardi confirmou que todo mês a SANEPAR fazia
124 este repasse, onde foi observado pelos conselheiros que este repasse foi depositado
125 para a ARAS. O conselheiro Diego observou que a despesa da revisão dos 10.000km
126 dos veículos é cabível, uma vez que os carros foram comprados pelo fundo. O
127 conselheiro Gorte argumentou que se deve fazer a revisão, mas questionou onde
128 estava a autorização do conselho para a despesa. A conselheira Giovanna
129 questionou a conta do aterro, quem está usando e pagando as cotas. O conselheiro
130 Neymar disse que no aterro do botuquara não cabe mais nada e que não tem mais
131 venda de cotas. O conselheiro Gorte explicou que cota é todo aquele lixo que tem

132 que ser depositado em algum lugar, então se pede licença e coloca no aterro.
133 Perguntou ainda como está sendo feito com os rejeitos das recicladoras, pois em
134 uma visita que fez no aterro, tinha caminhões da empresa recicladora Palmeira
135 Ambiental. A Presidente Caroline disse que se a Palmeira Ambiental estava no
136 aterro, então tem que ter cota. A conselheira Giovanna perguntou como é que se
137 faz o pagamento e o conselheiro Evandro respondeu que é através de depósito. O
138 conselheiro Neymar reafirmou que hoje não está sendo vendido cota. O conselheiro
139 Diego perguntou se é pago somente uma vez, onde foi explicado que não. A
140 presidente Caroline perguntou ao conselheiro Evandro qual a data da última cota
141 que ele comprou e o mesmo respondeu que tem que verificar. Explicou que é
142 protocolado um pedido na prefeitura, onde é autorizado uma cota de, por exemplo,
143 3 toneladas, e após o pagamento vai sendo depositado gradualmente (no caso lixo,
144 rejeitos e inservível). O conselheiro Daniel questionou como é que se pode incentivar
145 uma recicladora se não tem como separar os resíduos. A presidente Caroline pediu
146 para voltar à pauta, e perguntou aos conselheiros se não aprovam as contas do
147 fundo ou se aprovam com ressalvas, referente ao ano 2015/2016 onde teve a
148 aprovação do sombrero, do carro e a manta que vai ser verificado em ata se houve a
149 aprovação, e que não tem o repasse do ICMS ecológico, do repasse de 1% da
150 prefeitura, então fica essa questão: se o COMDEMA não aprova todas as contas
151 2015/2016, 2012/2014, ou aprova 2015/2016 com a ressalva de que somente fica
152 aprovada as despesas que foram autorizados pelo conselho. O conselheiro Gorte
153 sugeriu colocar 2015 aprovado com ressalvas e 2016 sem aprovação. A conselheira
154 Elisabeth disse que não é uma prestação de contas e sim um esforço muito grande
155 para reunir documentos para entregar, sem o balanço e a contabilização das receitas
156 e despesas. O conselheiro Diego observou que aprovação com ressalvas é quando
157 se minimiza uma situação e perguntou se é possível fazer uma solicitação de
158 informações, no caso, de 2016. O conselheiro Gorte e a conselheira Giovanna
159 disseram que essas informações foram solicitadas várias vezes e que sempre teve a
160 mesma desculpa: estado de emergência e não podia esperar. O conselheiro Neymar
161 lembrou que a lei do fundo prevê um plano de aplicação, onde foi observado que o
162 mesmo nunca foi feito. O conselheiro Diego disse que a não aprovação bloqueia as
163 contas, onde o conselheiro Gorte respondeu que isso não é problema do conselho.
164 Lembrou que quando da redação da lei, o conselho mudou a redação do 1% de
165 repasse da prefeitura porque seria um valor muito alto, porém não foi alterada a
166 redação. Afirmou ainda que foi a proposta da prefeitura, então deve-se pagar até o
167 ano de 2016, onde foi revogado na lei. O conselheiro Geraldo sugeriu que seja feita
168 um livro caixa apresentando todas as entradas e saídas do mês para que o conselho
169 possa acompanhar. O conselheiro Gorte perguntou quando que é repassado para o
170 fundo o ICMS ecológico, onde foi esclarecido que a PMPG recebe na conta 1000 mas
171 não repassa para a conta do fundo. A presidente Carolina colocou em votação, onde
172 foi deliberado pela reprovação das contas, publicação no diário oficial e
173 encaminhamento para o MP e TC. O conselheiro Diego pediu para reconsiderar,
174 onde o conselheiro Ricardo disse que o que o conselho deve caracterizar uma
175 posição. A presidente Caroline lembrou que segundo a secretária Patrícia, o MP

176 liberou usar dinheiro do COMDEMA para suprir as necessidades da SMMA, para que
177 a mesma não viesse a ser prejudicada no andamento de suas atividades. Reafirmou
178 que a legislação diz: passa-se pelo conselho e se no futuro der algum problema o
179 conselho vai responder e se ficar quieto é porque está sendo conivente. A presidente
180 Caroline ficou de preparar o documento e passar por e-mail para os conselheiros
181 fazerem considerações. Passou a palavra aberta para a conselheira Giovanna que
182 informou sobre o pedido de anulação em 2015 do Termo de Ajuste de Conduta feita
183 pelo município com o IAP para a operação do botuquara e agora saiu a sentença, ou
184 seja, o aterro do botuquara está funcionando irregularmente e poderá ser
185 embargado a qualquer momento pelo IAP. Explicou que o IAP aplicou um auto de
186 infração em 2013 de R\$ 15.000,00 pelo não cumprimento das exigências do TAC e
187 para anulação do auto de infração teria que necessariamente anular o TAC. Disse
188 ainda que esse TAC não é o do MP, ele autorizava o botuquara a operar sem licença.
189 O município pediu a anulação do TAC alegando que o secretário de agricultura,
190 pecuária e meio ambiente da época (Fernando de Paula) que assinou este TAC, não
191 tinha poderes para tal. O conselheiro Ricardo disse que a sociedade deve ficar
192 sabendo disso. A presidente Caroline observou que Ponta Grossa não tem um aterro
193 licenciado, o CTR não está licenciado, tem um aterro que querem fazer funcionar
194 mas não tem licença, temos uma área de transbordo que está licenciada (zero
195 resíduos) e não temos mais opção. Temos a opção de destinar para outro município,
196 mas quanto vai custar e quem vai pagar. Para o aterro novo apenas foi protocolo
197 o pedido de licença prévia. E agora fala-se em caráter emergencial. Quanto vai custar
198 essa brincadeira para o munícipe? O conselheiro Daniel disse que o conselho não
199 tem como resolver, só podemos comunicar a sociedade e se a prefeitura vier a pedir
200 auxílio ac COMDEMA poderemos ver o que se pode fazer. A presidente Caroline
201 disse que o secretário Paulo Barros está pedindo o apoio e o posicionamento ao
202 COMDEMA. Disse que está acompanhando reuniões, acompanhou o secretário da
203 SMMA no MP, já foi no aterro e semana que vem vai ser feita a reunião
204 extraordinária. A conselheira Giovanna voltou com a palavra, alertando que
205 conforme a Lei Municipal nº 11.233/12, o conselho tem que dar anuência em todos
206 os processos de licenciamento. Os conselheiros sugeriram uma prestação mensal
207 dos extratos das contas do fundam e cópia das licenças expedidas pela SMMA no
208 final de cada mês. A presidente Carolina comunicou que se alguém quiser fazer uma
209 visita ao aterro novo, é só programar a visita que o secretário Paulo Barros agenda
210 e leva até o local e que também quem quiser conhecer o aterro de Maringá, que fica
211 em uma pedreira, o conselho deve programar uma visita que o secretário agenda e
212 acompanha. Passou a palavra ao conselheiro Neymar que falou sobre o protocolado
213 480339/17 que já seguiu o rito procedimental da SMMA e que precisa do aval do
214 COMDEMA para a desafetação de área verde com a seguinte sugestão: "a indicação
215 pelo Departamento de Patrimônio da PMPG para informar outra área a ser
216 considerada área verde", pois na área em questão é impossível a recuperação
217 ambiental, por isso, a deliberação sobre esta sugestão e prosseguimento no feito. O
218 conselheiro Gorte pediu fotos para poder fazer este parecer, não sendo necessário
219 ir até o local. A presidente Caroline disse que é de parecer contrário na questão da

220 desafetação de área verde para o município. Falou do artigo que escreveu, dizendo
221 que é de responsabilidade do município não deixar que ocorra a invasão. Neste caso,
222 em que já existe uma ocupação a mais de 20 anos, desde que o município apresente
223 outra área verde superior e que seja específica para este processo. O conselheiro
224 Neymar respondeu à pergunta de um dos conselheiros, dizendo que não pagam
225 IPTU, mas tem ligação de luz. O conselheiro Gorte questionou como a Copel e
226 Sanepar fazem estas ligações nestas áreas. O conselheiro Ricardo falou que existe
227 uma lei estadual editada pelo governador Requião onde determina que a COPEL e a
228 SANEPAR realizem atendimento social, ligando água e energia quando solicitadas. A
229 presidente Caroline pediu para registrar e oficializar à SMMA uma denúncia da casa
230 da Visconde de Nacar, para fazer a retirada dela. O conselheiro Ricardo pediu para
231 verificar o andamento do processo 1170495/2016, que foi apresentado ao conselho
232 onde foi feita uma discussão e que não sabe se o conselho se manifestou, onde foi
233 solicitado loteamento às margem do Arroio de Olarias. O conselheiro Daniel lembrou
234 que foi criada uma comissão para falar com o Paulo Barros, porém ele foi o único
235 que compareceu. O que foi considerado na época é a distância da estrada em relação
236 ao lago. Se não tiver uma estrada, vai gerar um problema sério de trânsito. O
237 loteamento foi feito na extensão da Rua Leopoldo Guimarães da Cunha. O
238 conselheiro Ricardo pediu para que fosse resgatado este processo e fosse colocado
239 na pauta para que o conselho volte a discutir. A presidente Caroline sugeriu que a
240 comissão converse antes de resgatar o processo. O conselheiro Ricardo também
241 observou a questão de que o município está citando como áreas verdes capoeiras
242 ralas e muito pobres. Sugeriu uma discussão. A conselheira Elizabeth perguntou se
243 o município tem alguma lei que define área verde, onde a conselheira Giovanna leu
244 a referida lei. O conselheiro Neymar disse que todos os processos de loteamento
245 novo que chegam na SMMA, é condicionada a compensação, onde a loteadora é
246 obrigada a recuperar especificando o tipo de área verde. O conselheiro Ricardo
247 também apresentou ao conselho a sua preocupação do assoreamento do Rio São
248 Jorge. Disse que a SANEPAR não está atenta a possibilidade de termos uma estiagem
249 que vai culminar em setembro, onde devemos começar já uma campanha de uso
250 racional de água, os bairros mais periféricos já estão faltando água e não estão sendo
251 motivado pela SANEPAR o reúso de água. O conselheiro Gorte perguntou se a
252 prefeitura está obedecendo uma lei de 2004 (alvará) que a partir desta data todas
253 as residências devem ser construídas utilizando captação de água pluvial. Perguntou
254 quantas residências estão fazendo uso deste recurso. O conselheiro Neymar disse
255 que nesta gestão será feito todo este levantamento de informações. A presidente
256 Caroline encerrou a reunião às 19h15min. Ata descrita por Vera Lucia Rudek.

257

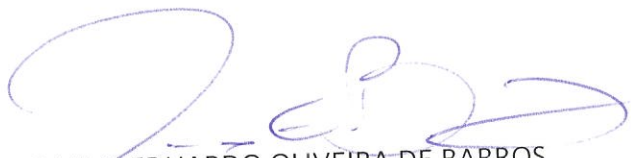
258

259

260

261


CAROLINE SCHOEMBERG
Presidente COMDEMA


PAULO EDUARDO OLIVEIRA DE BARROS
Secretário Executivo/PMPG/SMMA